

Advogados pernambucanos são contra obrigatoriedade do PJe

Mais da metade dos advogados (57,8%) pernambucanos são contra a obrigatoriedade do processo judicial eletrônico (PJe) na varas cíveis de Recife, que será determinada a partir do próximo dia 14 de agosto. É o que aponta uma pesquisa feita pela seccional de Pernambuco da Ordem dos Advogados do Brasil no período de 21 a 31 de julho.

De forma espontânea, 2.380 advogados responderam ao questionário encaminhado via Recorte Digital — um dos serviços oferecidos gratuitamente, que consiste no envio diário das publicações judiciais. O resultado da pesquisa consolida o posicionamento da OAB-PE em relação à matéria, que é o de implantar o PJe de forma gradativa e segura.

O presidente da seccional, Pedro Henrique Reynaldo Alves, entende que ainda há ajustes a serem feitos no PJe. Ele, inclusive, encaminhou ofício à presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco pedindo a prorrogação da data de obrigatoriedade do uso do sistema, mas, até o momento não obteve resposta.

A maneira como o PJe vem sendo implantado nos fóruns do Estado há muito tem sido questionada pela advocacia. A falta de estrutura adequada e segura de rede de internet na maioria dos municípios pernambucanos, aliada à questão cultural, onde uma parcela significativa de advogados ainda não está adaptada à era da tecnologia, são argumentos da OAB-PE para a reestruturação do cronograma de inserção do PJe na rotina do judiciário. *Com informações da Assessoria de Imprensa do TJ-PE.*

Date Created

07/08/2015